

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. BAETA NEVES, Luiz Felipe - "O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios". Colonialismo e Repressão Cultural, Forense - Universitária, Rio de Janeiro, 1978.
02. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto - "O Índio e o Mundo dos Brancos". Liv. Pioneira Editora. São Paulo, 2ª Ed. 1972.
03. DURHAM, Eunice Ribeiro - "O Lugar do Índio" in O Índio e a Cidadania. Cadernos da Comissão Pró-Índio, Editora Brasiliense, São Paulo, 1983.
04. GRIZZI, Dalva Carmelina Sampaio & Lopes da Silva, Aracy - "A Filosofia e a Pedagogia da Educação Indígena: Um resumo dos debates" in A Questão da Educação Indígena, Cadernos da Comissão Pró-Índio, Editora Brasiliense, São Paulo, 1981.
05. SANTOS, Silvio Coelho dos - "Educação e Sociedades Tribais", Editora Movimento, Porto Alegre, 1975.
06. KRÁMER, Ana Maria Gorozito - "Nuestros Aborígenes", Dirección de Promoción Comunitária. División Aborígenes, Bolívar Posadas, 1984.
07. ILLICH, Ivan - "Sociedade sem Escolas". Ed. Vozes Ltda. Petrópolis, R. J. 1979.

## MULHER: A HISTORICIDADE

### DA LUTA FEMININA

---

LEILA MOURÃO é graduada em História pela Universidade de São Paulo, e pós-graduanda pela Universidade Católica de São Paulo. Atualmente está elaborando sua dissertação de Mestrado junto ao PLADES - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - da Universidade Federal do Pará. Desenvolve suas atividades profissionais no Departamento de História e Antropologia da UDPA, como professora de História da América e História Econômica Geral. Participou do Movimento Feminista em São Paulo, com a organização do II Congresso da Mulher Paulista, e do 1º Congresso da Mulher Paraense. Secretária Geral da Federação da Mulher Paraense, participa da Coordenação do Núcleo da União de Mulheres de Belém do Pará.

---

## MULHER: A HISTORICIDADE DA LUTA FEMININA

"A milenar opressão que pesa sobre a mulher não encontra raízes nem justificativas em sua natureza, vocação ou capacidade. Explica-se por condições econômicas definidas que, em um momento da História humana, passam a prevalecer como forma de convívio social". (Editorial Agenda da Mulher - Movimento Feminino PMDB/S.P.-1984).

A literatura acerca da situação da mulher é vasta.

No Brasil, a abordagem da problemática feminina tem-se ampliado e diversificado, principalmente, na última década.

As diferentes interpretações, com fisionomias próprias revelam-se distintas, seja no que diz respeito à compreensão da natureza da questão feminina, seja no que diz respeito à compreensão da natureza da questão feminina, seja no que se refere as formas de encaminhar as lutas e a organização das mulheres em defesa de seus direitos.

Essas interpretações variam: uma parte procura explicar a discriminação da mulher através de análises culturalistas ou ideológicas, outras se dão no campo da psicologia social e há, ainda, as que se fundamentam na dependência econômica ou pela questão da sexualidade.

O que existe de comum em todas elas é a preocupação com a problemática feminina, mas se revelam insatisfatórias na medida em que sua maioria se limitam a tratar de alguns aspectos através dos quais externalizam a discriminação da mulher.

As explicações de caráter cultural ou ideológico, ainda que pese a existência de uma cultura e de

uma ideologia patriarcal-machista, tem deixado de considerar o suporte material dessa cultura e dessa ideologia. E por muitas vezes se tem atribuído ao plano ideológico uma autonomia excessiva, inexistente. A cultura e a ideologia correspondem em certo grau a um dado modo de produção da vida material e intelectual. E tem entre outras finalidades, justificar as formas de produção dessa vida material e espiritual e, conseqüentemente, de justificar as relações sociais daí oriundas, inclusive entre os sexos, dentre as quais as relações de exploração, dominação e submissão.

As explicações de cunho psico-social, face a controvérsia científica da limitação de seu campo na área das ciências, não trata dos problemas econômicos que envolvem a problemática da mulher e relega, nesta medida o suporte material e a realidade concreta. Pressupõe-se um corte epistemológico, que a meu juízo altera a visão da própria realidade, quanto mais da problemática feminina.

Outras interpretações se dão na perspectiva da superação da servidão doméstica da mulher pela aquisição da igualdade, através da sua autonomia econômica. O que seria possível pelo exercício de atividades profissionais antes reservadas aos homens.

Essa análise é originária das classes médias, na medida em que as mulheres deste setor social encontra o seu limite principalmente na subordinação econômica à família. Posto que seria ridículo ou superfluo clamar pelo direito da mulher ser empregada doméstica, operária ou camponesa, etc. É que há muito tempo mulheres realizam essas atividades profissionais, não por que desejam necessariamente, a sua independência econômica, ou a igualdade aos homens, com os quais se relacionam - pais, irmãos, maridos e filhos - os quais tem rendimentos muito baixos que precisam ser completados.

Para as mulheres das camadas mais pobres da po-

pulação a questão básica não é conquistar um "seu lugar" no mundo do trabalho profissional, pois ela sempre o teve, mas trata-se de garanti-lo em condições dignas.

Outras tantas análises repousam na questão da sexualidade feminina, mas abordam-na de per si, des conhecendo ou subestimando as diferenças entre opressão e exploração. Ao tratar desse aspecto da opressão como essencial, relega ao plano secundário as questões que lhe originam. Há uma inversão, de modo que um dos aspectos pelo qual também se externaliza a opressão da mulher se torna o central, desvirtuando-se da localização da raiz de toda a problemática.

Diante do que se torna necessário explicitar os mecanismos econômicos, sociais, políticos e culturais que originam e contribuem para perpetuar a subordinação discriminadora da mulher.

A solução do problema seja a nível teórico ou prático, não consiste em demonstrar a aparente oposição entre os homens e as mulheres, mas descobrir como as relações entre os dois sexos são afetadas pelas relações sociais de produção dos sistemas econômicos e políticos vigentes nos diversos países, com seus distintos graus de desenvolvimento.

Constata-se que a opressão feminina é universal, e que cada país tem seus próprios modos culturais, sociais, econômicos e políticos de manter esta subordinação.

Encontrar os meios de superar a divisão social entre homens e mulheres implica em localizar as formas de discriminação e revelar quais são os beneficiados efetivamente por elas.

Para revelar tal questão é de fundamental importância refletir acerca de certos elementos: o que originou a discriminação da mulher? Isto significa

ir à raiz do problema e daí ser possível compreender a natureza da problemática feminina, de suas lutas e do caráter de suas organizações. Como resolver as contradições relativas ao problema que se convencionou denominar secundárias? Quando estas decorrem das condições que lhes originaram, mas que, ao mesmo tempo contribuem para fortalecer as que lhes originam continuamente.

Tendo em vista contribuir para o debate e compreensão da problemática feminina no sentido mais amplo, buscamos abordá-la na perspectiva histórica das sociedades de classes distintas e antagônicas, da divisão social do trabalho, enfim das condições objetivas da população da vida material e intelectual.

## -I-

A desigualdade de direitos entre homens e mulheres é antiga e surgiu com a divisão da sociedade em classes, apesar da apregoada igualdade legal.

Os problemas especificamente femininos não estão desvinculados da luta de classes. Questões como a maternidade, a sexualidade feminina, o aborto, a contracepção, o casamento, a família e seus desenvolvimentos legais, morais, sociais e políticos interessam a toda sociedade, em especial às mulheres.

Não se pode negar a existência dos problemas que envolvem estas questões e nem deixar o debate sobre eles à mercê de setores sociais que não buscam de fato as suas soluções definitivas.

A discriminação e opressão social da mulher é milenar. Bem anterior ao atual estado de coisas existentes. Surgiu com a propriedade privada dos meios de produção, quando o homem tornou-se o principal proprietário, para garantir a transmissão dos seus bens (1) aos seus filhos legítimos (2) e se efetivou através da instituição do casamento monogâmico e da família patriarcal (3). Primeira forma de família que não se baseou em condições naturais de sobrevivência, mas em relações econômicas que assegurassem o triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comunitária (4) primitiva, originada espontaneamente.

Dessa forma, a monogamia não surgiu historicamente como reconciliação entre os sexos e menos ainda como forma superior de matrimônio. Originou-se de uma relação econômica de expropriação, sob a forma escravagista, de um sexo pelo outro. Surgiu mais como a proclamação de um conflito entre os sexos, inexistente nos períodos anteriores (5). Foi um progresso nas relações familiares, na medida em que instituiu maior solidez aos laços conjugais baseado no amor sexual individual, até então desconhecido. Por outro

lado, foi um retrocesso relativo, já que se baseou na expropriação e exploração de um sexo sobre o outro, garantidas pela repressão e alienação (6).

A primeira forma de antagonismo, observável entre o homem e a mulher ocorre na monogamia e coincide com o antagonismo de classes. A opressão de classes coincide e se expressa, em certo nível, com a opressão da mulher pelo homem.

Diante dessa constatação, torna-se necessário conhecer e compreender a condição discriminadora da mulher no processo histórico do desenvolvimento da sociedade humana, para melhor se avaliar a importância da sua luta específica e da participação feminina na luta geral da sociedade em busca de melhores condições de vida e trabalho.

## -II-

No estágio comunitário primitivo era condição fundamental de sobrevivência da espécie humana, o trabalho coletivo, a propriedade comum da terra e dos meios de produção. Isso ocorria porque, o principal instrumentos de produção utilizado eram as mãos. Para garantir a vida de todos, tornava-se imprescindível a divisão igualitária dos alimentos e produtos obtidos através da caça, pesca e coleta. Essa maneira de produzir e reproduzir a vida propiciava as condições fundamentais para a instituição de relações sociais baseadas na colaboração e/ou cooperação entre as pessoas, independente de seus sexos. Não originava a desigualdade e o surgimento das classes, ou seja de possuidores ou não possuidores, já que não se prestava à acumulação de riquezas (individuais).

A divisão de trabalho existente nessa época, entre o homem e a mulher é natural e ocorre apenas pa-

ra facilitar a procriação. Com o aperfeiçoamento dos instrumentos de produção essa divisão evolui, de acordo com o sexo e a idade, o que permitiu a especialização sem rigidez dos homens, na caça e na pesca e das mulheres na coleta de alimentos (frutas, raízes, etc) e na produção dos utensílios domésticos.

Por essa ocasião, os grupos humanos constituíam-se segundo os laços sanguíneos (maternos), que formavam a Gens(7). O casamento era grupal (8), posteriormente, restringiu-se às pessoas originárias de uma mesma tribo(9) - a comunidade conjugal.

Nessa sociedade a mulher era bastante valorizada. Era a principal responsável pela fonte mais segura de alimentos, oriundos da coleta, da agricultura incipiente e da domesticação de animais. A caça e a pesca praticada pelos homens nem sempre era bem sucedida, seja pela escassez de animais e/ou peixes, seja pela precariedade das armas de então.

O parentesco entre as pessoas era computado pela linhagem materna e somente os descendentes de uma mesma mulher faziam parte de uma comunidade gentílica. Só era possível determinar com segurança, a filiação feminina e conseqüentemente prevalecia o direito hereditário materno, na medida que o casamento era grupal. O conjunto dessas relações originou o regime familiar do matriarcado, no qual, em princípio, não há discriminação ou exploração entre os sexos. Mesmo no caso da herança dos bens maternos, eram destinados à gens, e não aos filhos diretamente, mas esses eram beneficiados por pertencerem à gens materna.

A divisão de trabalho na família, estabelecia que, o homem procurasse alimentos e fabricasse os instrumentos necessários, e a mulher os utensílios domésticos, determinava também, a propriedade de cada um deles, ou seja, o que produziam. No caso de separação cada qual ficava com o que havia produzido.

O gado, resultante do trabalho do homem pertencia-lhe, entretanto, no caso de herança, repassava à toda a gens. Face a pouca importância dessa fonte de riqueza, inicialmente, era herdada principalmente pela gens do falecido e não pela gens de suas mulheres. Seus filhos não eram beneficiados a não ser que se originassem da mesma gens.

Estão equivocados aqueles(as) que procuram justificar a opressão e discriminação da mulher por causa da maternidade. O valor da maternidade depende do tipo de sociedade. Na comunidade primitiva, a maternidade foi valorizada por ter significado principalmente a sobrevivência da espécie e foi motivo para que a mulher fosse respeitada socialmente.

A partir da instituição do regime familiar do patriarcado até nossos dias, maternidade, enquanto perpetuação da espécie e de patrimônio(10), adquiriu novas características sociais, morais e políticas. Tem servido como argumento para discriminar e desvalorizar a mulher em vários aspectos da vida social, econômica e política da humanidade, por um lado, e para manutenção da propriedade privada dos meios de produção, por outro. Condições que contribuem, conseqüentemente, para a manutenção das relações de exploração e opressão dos despossuídos, dentre os quais se destacam as mulheres.

### -III-

A domesticação de animais, o aumento dos rebanhos tornou-se com o tempo, a principal fonte de alimentação permanente, além de fornecer outros produtos. Era uma riqueza(11) que necessitava apenas de vigilância e poucos cuidados, mas que propiciava carne, leite, couro, etc. para todos.

Essa nova maneira de produzir a subsistência criou novas relações sociais entre os membros de cada

comunidade. Os meios utilizados anteriormente, são em sua maioria abandonados. A caça, por exemplo, que era a principal atividade do sexo masculino adulto, tornou-se passatempo.

Inicialmente, essa fonte de riqueza pertenceu à gens, mas transformou-se, tornou-se propriedade particular do chefe de família<sup>(12)</sup>. Num primeiro momento não há produção de excedente muito elevada, produz-se para a manutenção da gens.

O aumento do rebanho dá maior importância social aos homens, o que origina a necessidade de valerem-se dessa vantagem para modificar em seu proveito e da seu filho "a ordem de herança", de modo a manter seus privilégios. Mas para isso era necessário determinar a filiação paterna e abolir o direito materno. Isso ocorreu, substituindo-se a linhagem materna pela paterna, através da definição a nível dos costumes<sup>(13)</sup> da linhagem masculina e na prática através de uma nova forma de união entre o homem e a mulher, particularmente, a instituição do casamento monogâmico<sup>(14)</sup>. Essa nova relação entre os sexos, teve como finalidade assegurar a fidelidade da mulher - a paternidade dos filhos. Nela a mulher submete-se sem reservas ao homem<sup>(15)</sup>.

Estão intimamente relacionadas, a acumulação de riquezas pelo homem com a necessidade do casamento monogâmico para garantir o direito de herança e privilégios paternos, e conseqüentemente, das classes dominantes.

Com o desenvolvimento da pecuária, do aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho (utilização de ligas metálicas mais resistentes), da tecelagem, da agricultura e com a transferência definitiva dos meios de reprodução às famílias ocorreram grandes mudanças na sociedade. Surgiu a relação social de produção escravagista<sup>(16)</sup>, a propriedade privada dos meios de produção e a instituição da família mo-

nogâmica patriarcal. Efetivou a separação das pessoas em classes distintas - possuidores e não possuidores dos meios necessários à sobrevivência. Transformou-se também, a relação de distribuição dos produtos e a apropriação destes se tornou também privada.

No que se refere à família, no lar, as modificações foram profundas. De comunidade social, transformou-se em serviço privado e nele a mulher converteu-se em criada, sem nenhuma participação na produção social da comunidade. Situação que perdura até hoje sem alterações maiores que lhe reconduza a uma real condição de igualdade de fato ao homem social, nas sociedades de classes.

A família patriarcal tem sido utilizada pelas classes dominantes para se manterem no poder há milênios. No escravagismo, garantiu o domínio dos proprietários dos escravos. No feudalismo, com o apoio da Igreja, ela consolidou-se ainda mais. No capitalismo, é essa família, estruturada de acordo com a autoridade paterna que garantiu de início a acumulação de riquezas e exploração da classe trabalhadora, particularmente da classe operária.

Na História da humanidade o desenvolvimento social e as diferentes relações entre as classes, foram alterando apenas as formas de dominação da mulher, sem transformar seu conteúdo de ordem econômica-social, desde a instituição da família matriarcal, individual.

As uniões entre os sexos, nestas circunstâncias, baseiam-se na posição sócio-econômica de cada um deles, será sempre um casamento por conveniência.

Em relações como essas, para a mulher, o amor sexual é estabelecido através de regras que, de fato, expressam uma relação de opressão<sup>(17)</sup>.

Em qualquer relação social onde há dominados e dominadores, historicamente, se observa o conflito en-

tre as partes. No caso da relação familiar ocorre o mesmo, ainda que dissimulada<sup>(18)</sup> por artifícios que variam de povo para povo e de lugar para lugar<sup>(19)</sup>.

-IV-

Com o desenvolvimento do Capitalismo e expansão industrial, cresceu a participação da mulher e de outros membros da família, como as crianças, no trabalho produtivo. Isso ocorreu face ao agravamento das condições de vida da classe operária. Essa participação aumentou os conflitos da família patriarcal individual e pioraram as condições de vida e de trabalho da mulher. Sendo ela a principal responsável pela economia doméstica, supre a falta de infraestrutura, para garantir que os trabalhadores do sexo masculino de sua família permaneçam no trabalho em condições de produzir. Lava, passa, cozinha, cuida da limpeza e higiene da casa, do vestuário e dos filhos. Desse modo o seu trabalho doméstico permite que o trabalhador esteja apto, diariamente, para produzir. No entanto, esse trabalho doméstico, na sociedade capitalista, é relegado, desvalorizado socialmente por não produzir mercadorias ou seja valores de troca. Mas, se o trabalhador não pudesse contar com esse trabalho feminino, que lhe garante certas condições para o trabalho, nas sociedades em que esses serviços não são coletivizados, as suas horas empregadas no trabalho produtivo seriam reduzidas, o que dificultaria em muito a sobre vivência e expansão do capitalismo, pois a produção da mais valia seria fatalmente reduzida, mesmo que a sua produtividade fosse utilizada ao máximo. Por isso e mais, é que, tendo em vista baratear o custo social da reprodução da força de trabalho e garantir sua margem de lucro, as classes dominantes, e em especial os capitalistas, procuram de todas as formas manter essa situação. A qual, na forma em que se en-

contra estruturada a sociedade recai fundamentalmente sobre a mulher, seja ela a esposa ou a empregada.

O trabalho doméstico obriga a mulher a se isolar das atividades sociais, políticas, culturais, etc. Além disso, deixa-a "debilitada, oprimida, embrutecida, humilhada pelas pequenas tarefas domésticas" que a converte em cozinheira e cuidadora de criança, que desperdiça sua atividade em um trabalho absurdamente improdutivo, enervante, embrutecedor é fatidioso<sup>(20)</sup>. Isso cria dificuldades para a mulher tomar consciência de sua condição de discriminação e opressão. E lhe impede de averiguar a real causa disso, contribuindo para que sua luta não busque a raiz de seus problemas. Permite-lhe aperceber-se apenas os fatos imediatos, os fenômenos aparentes dessa situação. Desvirtua-lhe o verdadeiro alvo, substituindo-o pelo homem, seu companheiro.

Ao ser lançada, pelas necessidades, no mercado de trabalho, a mulher passa a enfrentar a dupla jornada de trabalho (o trabalho doméstico e produtivo)<sup>(21)</sup>. Aprofunda ainda mais a desigualdade entre os sexos. Essa dupla jornada coloca a mulher, objetivamente, em condições de inferioridade em relação ao homem, em todos os aspectos: social, profissional, cultural, de lazer e de descanso, e particularmente no terreno político. Por outro lado, a partir do trabalho produtivo, fora do "lar", a mulher começa a adquirir consciência de sua exploração e opressão mais rapidamente. Ela passa a ter consciência de classe<sup>(22)</sup> e se junta a todos aqueles que lutam contra a exploração. Por esta razão é que foi sob o capitalismo que adquiriu forma, há pouco mais de um século, o MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DA MULHER (ou Movimento Feminista) que defende os direitos gerais e específicos da mulher.

A discriminação sofrida pela mulher é uma questão social com fortes conotações políticas e ideológicas. Ultrapassa o âmbito das questões sexuais, econômicas e jurídicas. Esta discriminação nega à mulher direitos fundamentais como: o da liberdade de opinião e de expressão, de profissionalização, de ser ou não ser mãe, segundo sua vontade, enfim o pleno direito de exercer sua cidadania<sup>(23)</sup>. A mulher é vista, em geral, como um ser inferior, baseando-se numa suposta superioridade natural do homem. E as classes dominantes apresentam a opressão da mulher como algo "normal" e "natural", da mesma forma que apresentam como normal e natural a exploração do homem pelo homem.

Para manter a sociedade de classes e a opressão da mulher, as classes dominantes tem desenvolvido idéias que justifiquem essa situação. Aristóteles já afirmava que "... é lei geral que existam elementos naturalmente dominantes... O governo do homem livre sobre o escravo é um tipo de domínio: o do homem sobre a mulher é outro..."<sup>(24)</sup>. Muitos têm sido os ideólogos que contribuíram para a manutenção da opressão de classe e particularmente da mulher, Napoleão Bonaparte disse: "... a natureza quis que as mulheres fossem nossas escravas... são nossa propriedade, ... pertencem-nos tal como uma árvore que dá frutos pertence ao agricultor, a mulher não é mais que uma máquina de produzir filhos"<sup>(25)</sup>. Nesta linha de argumentação são muitos: Rousseau, Comte, Parreto, etc, até a Igreja, através de seus porta-vozes tem-se manifestado. João XXIII, falou: "... Deus e a natureza deram à mulher diversas tarefas que aperfeiçoa e completa a obra destinada aos homens"<sup>(26)</sup>. Todos procuram defender a superioridade masculina.

Isso tem como finalidade, instrumentalizar os

meios de comunicação de massas para desenvolver e reforçar preconceitos contra a mulher, de modo a desviá-la da luta de classes. A mulher "objeto", a mulher dócil e submissa, "a rainha do lar", etc, são estereótipos femininos, apresentados como o tipo ideal, para as mulheres e para os homens. A imprensa feminina tem sido de muita utilidade no Brasil. Os jornais diários mais lidos não chegam a 500 mil exemplares, mas há revistas femininas<sup>(27)</sup> com aproximadamente 1,5 milhão de leitores<sup>(28)</sup>.

Além do que, as classes dominantes, em ocasiões oportunas mobilizam as mulheres como massa de manobra para defender seus interesses. No Brasil, às vésperas do golpe militar de 1964, as mulheres foram convocadas para a "Marcha com Deus pela Liberdade" que teve como finalidade dar apoio político aos golpistas e seus aliados. Essa manifestação feminina contou com a participação de 500 mil mulheres. Seu principal objetivo era envolver as mulheres na luta contra a "comunicação" do Brasil<sup>(29)</sup>.

Diante do exposto, é necessário perceber que a luta da mulher por sua igualdade de direitos sociais não é um fato isolado. Faz parte da luta de todos, explorados e oprimidos. É responsabilidade de toda a sociedade e sua vitória só era possível, quando forem eliminadas da face da terra as condições que deram origem a sua discriminação e opressão, isto é quando for abolida a propriedade privada dos meios de produção e conseqüentemente a sociedade de classes. No entanto, a opressão feminina não será solucionada apenas com a transformação da sociedade. Ela envolve uma intensa e longa luta ideológica que se travará antes, durante e depois de se alterarem as condições objetivas, pois será fundamental a transformação das condições subjetivas. É um processo histórico, como todos os outros...



## NOTAS

01. Bens refere-se aos meios de produção: terras, rebanhos, instrumentos de trabalho inclusive os escravos. Posteriormente incluirá a habitação e tudo da nela existente, e modernamente se refere a todas as propriedades excluindo a mulher e os filhos.
02. ENGELS, Friedrich - A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1974, pg. 60. Refere-se aos filhos sobre os quais não se podia determinar a paternidade, por serem os casamentos grupais.
03. Op. Cit. "Organização de certo número de indivíduos, livres e não livres, numa família submetida ao poder paterno de seu chefe", pg. 6.
04. Propriedade Comunitária significa propriedade comum (de coletividade) sobre os meios de produção
05. Os períodos que antecedem à propriedade privada dos meios de produção.
06. MARX, Karl & ENGELS, Friedrich - A Ideologia Alemã. Lisboa, Editorial Presença, 1980, cap. I, pg. 29 a 61.
07. ENGELS, Friedrich. Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Op. cit. Pg. 28 a 109.
08. Op. Cit. Ibidem.
09. Op. Cit. Ibidem.
10. Patrimônio refere-se ao complexo de bens, materiais ou não, que pertença a uma pessoa ou comunidade. Inclui-se nesses bens a cultura, as relações sociais e políticas.

11. ENGELS, F. Op. cit. pg. 48 a 62.
12. ENGELS, Friedrich. Op. cit., ("...O primeiro efeito do poder exclusivo dos homens, desde o momento em que se instaurou, observamo-lo na forma intermediária da família patriarcal, que surgiu naquela ocasião. O que caracteriza essa família, acima de tudo, não é a poligamia, da qual logo falaremos, e sim a "organização de certo número de indivíduos, livres e não livres, numa família submetida ao poder paterno de seu chefe. Na forma semítica, esse chefe de família vive em plena poligamia, os escravos têm uma mulher e filhos, e o objetivo da organização inteira é cuidar do gado numa determinada área." Os traços essenciais são a incorporação dos escravos e o domínio paterno, ... Em sua origem, a palavra família não significa o ideal - mistura de sentimentalismo e dissensões domésticas - do filisteu de nossa época; a princípio entre os romanos, não se aplicava sequer ao par de cônjuges e aos filhos, mas somente aos escravos, FAMULUS, quer dizer escravo doméstico e FAMÍLIA é o conjunto de escravos pertencentes a um mesmo homem. Nos tempos de Gaio, a família "id est patrimonium" (isto é, herança) era transmitida por testamento. A expressão foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha em seu poder a mulher, os filhos e um certo número de escravos com o pátrio poder romano e o direito de vida e morte sobre todos eles.
13. ENGELS, op. cit. - "Causuística inata nos homens a de mudar as coisas mudando-lhes o nome! E achar saídas para romper a tradição sem sair dela, sempre que um interesse di-

reto dá o impulso suficiente para isso"(Marx). Resultou daí uma espantosa confusão, que só podia ser remediada - e parcialmente o foi - com a passagem ao patriarcado, p. 60.

14. Op. cit.... "Baseia-se no predomínio do homem; sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível; e exige-se essa paternidade indiscutível porque os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, entrarão, um dia, na posse dos bens de seu pai". (P.66)
15. Op. cit. "O desmoronamento do direito materno, a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degredada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos do tempos heróicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente tocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida". (p. 61).
16. Op. cit. p. 61 a 66.
17. Op. cit. p. 77.
18. Op. cit. p. 73 a 76... "A nova monogamia que resultou da mistura dos povos, entre as ruínas do mundo romano, revestiu a supremacia masculina de formas mais suaves e deu às mulheres uma posição muito mais considerada livre, pelo menos aparentemente. do que as que ela tivera na época clássica...".
19. Op. Cit. "... Mas para firmar contratos, é necessário que haja pessoas que possam dispor livremente de si mesmas, de suas ações e de seus bens, e que se defrontem em igualdade de condições..." (p. 87) e tal não ocorre nas sociedades de clas-

- ses... "Criar essas pessoas "livres" e "iguais" foi exatamente uma das principais tarefas da produção capitalista... Segundo o conceito burguês, o matrimônio era um contrato, uma questão de Direito, e certamente a mais importante de todas, pois dispunha do corpo e da alma de dois seres para toda a vida. É verdade que, naquela época, o matrimônio era um acordo formal de duas vontades; sem o "sim" dos interessados nada se fazia. Sabia-se, contudo, como se obtinha o "sim" e quais eram os verdadeiros autores do matrimônio".p.87.
20. LENIN, V. I., Sobre a Emancipação da Mulher. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1980, p. 65.
  21. Mesmo que a mulher tenha uma auxiliar - empregada - continua com dupla jornada, na condição de administradora da casa, ou seja, ao administrar coloca seu intelecto em atividade.
  22. MARX, Karl & ENGELS, F. Op. cit. Capítulo I.
  23. MARX, Karl & ENGELS, F. Op. cit.
  24. LARGUIA, Isabel & DEMOULIN, John - Para uma Ciência de Libertação da Mulher. São Paulo, Global Editora e Distribuidora, 1975.
  25. Op. cit.
  26. Op. cit.
  27. Revista com fotos de artistas do momento e que trazem uma receita básica: muita fotonovela de final feliz, conselhos úteis de beleza, horóscopo e o correio sentimental que orienta as mulheres em como fazer para conquistar o seu "Príncipe Encantado", Boletim: Movimento Feminista, São Paulo - 1980. (Pesquisa realizada para o II Congresso da Mulher Paulista). Anais.
  28. Informações coletada na Abril Cultural - op.cit.
  29. DREIFUS, René Armand-1964. A Conquista do Estado Cap. III.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ( 1 ) - ENGELS, Friedrich - A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1974.
- ( 2 ) - MARX, Karl & ENGELS, F. - A Ideologia Alemã. Lisboa, Editorial Presença, 1980.
- ( 3 ) - LENIN, V. I. Sobre a emancipação da Mulher. São Paulo, Editora Alfa-omega, 1980.
- ( 4 ) - LARQUIA, Isabel & DEMOULIN, John - Para uma Ciência de Libertação da Mulher. São Paulo, Global Editora e Distribuidora, 1975.
- (55) - BOLETIM Informativo do Movimento Feminista, São Paulo, 1980. Pesquisa realizada para o II Congresso da Mulher Paulista. Anais. Informações fornecidas pela Abril Cultural.
- ( 6 ) - DREIFUS, René Armand - 1964. A conquista do Estado - Capítulo III.
- ( 7 ) - MANUAL DE ECONOMIA POLÍTICA da Academia de Ciências da URSS. - Instituto de Economia. Editorial Grijalbo S. A. México, D.F. 1956
- ( 8 ) - KOLLANTAI, Alexandra. A Nova Mulher e a Moral Sexual. São Paulo, Global editora e Distribuidora, 1975.
- ( 9 ) - SAMORA, Machel e KOLLANTAI, Alexandra e POSADOS, J. e LA FARGUR, P. e KAPO, Vito e outros. A Libertação da Mulher. São Paulo, Global Editora, 1980.
- (10) - TABAK, Fanny e TOSCANO, Moema. Mulher e Política, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

## CADERNOS :

## OBJETIVOS E ASPECTOS FORMAIS